

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**NILO PEÇANHA E A DINÂMICA
PROTODESENVOLVIMENTISTA NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO: industrialização e
intervencionismo estatal durante a Primeira
República (1903-1906; 1914-1917)**

Vinícius Silva dos Santos

Taís de Cássia Badaró Alves

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

**NILO PEÇANHA E A DINÂMICA PROTODESENVOLVIMENTISTA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO:** industrialização e intervencionismo estatal durante
a Primeira República (1903-1906; 1914-1917)

**NILO PEÇANHA AND THE PROTO-DEVELOPMENTALISM DYNAMIC IN
RIO DE JANEIRO STATE:** industrialization and state interventionism during the
First Republic (1903-1906; 1914-1917)

Vinícius Silva dos Santos¹
Taís de Cássia Badaró Alves²

Resumo: o artigo tem como objetivo identificar nas políticas-econômicas de Nilo Peçanha, no contexto de sua gestão como Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1903-1906; 1914-1917), elementos ligados à ideia de protodesenvolvimentismo na Primeira República (1889-1930). Para a realização desta pesquisa utilizou-se, como fonte preferencial, as Mensagens Presidenciais direcionadas à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – as quais foram investigadas por meio da análise qualitativa dos dados. Por intermédio dessas fontes, observou-se que Nilo Peçanha engendrou uma série de ações visando à eliminação dos déficits das contas públicas, bem como, fomentou o processo de diversificação da economia do estado do Rio de Janeiro. Assim, foi possível identificar Nilo Peçanha como agente protodesenvolvimentista na Primeira República.

Palavras-chave: Primeira República; Protodesenvolvimentismo; Nilo Peçanha; Rio de Janeiro; Industrialização.

Abstract: the article aims to identify in the economic policies of Nilo Peçanha, in the context of his term as President of the State of Rio de Janeiro (1903-1906; 1914-1917), elements linked to the idea of protodevelopment in the First Republic (1889-1930). In order to carry out this research, the Presidential Messages sent to the Legislative Assembly of Rio de Janeiro were used as a preferential source - which were investigated through the qualitative analysis of the data. Through these sources, it was observed that Nilo Peçanha engendered a series of actions aimed at eliminating deficits in public accounts, as well as fostering the process of diversifying the economy of the state of Rio de Janeiro. Thus, it was possible to identify Nilo Peçanha as a protodevelopment agent in the First Republic.

Key words: First Republic; Proto-developmentalism; Nilo Peçanha; Rio de Janeiro; Industrialization.

Introdução

¹Mestrando na linha de pesquisa “Representações e Ideias Políticas” do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES), com auxílio de bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES). Especialista em História do Brasil pelo Centro Universitário São José de Itaperuna, (UNIFSJ) e Graduado em História pela mesma instituição. Contato: viniciusdossantos834@gmail.com.

²Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, (UENF). Mestre em História pela Universidade Severino Sombra, (USS). Especialista em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC). Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia de Itaperuna, (FAFITA). Graduada em História pela Faculdade de Filosofia de Campos dos Goytacazes, (FAFIC). Contato: taisbadaro50@gmail.com.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Analisar a Primeira República (1889-1930) implica considerar os pilares do Brasil republicano. Sendo assim, este período tem estimulado inúmeros pesquisadores que almejam um melhor entendimento em relação ao âmbito político e à estrutura econômica, dentre outros aspectos.

De acordo com a ampliação do campo histórico, valorizaram-se pesquisas que evidenciam o *modus operandi* dos agentes políticos ligados ao período anterior ao marco de 1930, com Getúlio Vargas.

Isto posto, a presente pesquisa analisa as políticas econômicas de Nilo Peçanha como Presidente do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1903-1906 e 1914-1917³, com objetivo de identificar medidas conscientes ligadas à defesa do crescimento industrial, do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo – que compõem o “núcleo duro” do protodesenvolvimentismo. Para tanto, utilizou-se como fontes preferenciais as Mensagens enviadas pelo Executivo Estadual à Assembleia Legislativa fluminense – que apontam a defesa das medidas colocadas em prática pelo Presidente do Estado, bem como as diretrizes de suas ideias no plano político-econômico.

Este artigo é composto por três seções. Na primeira, busca-se examinar as revisões historiográficas acerca da Primeira República. Na sequência, discute-se o conceito de protodesenvolvimentismo e seus aspectos bases, com ênfase, por fim, na atuação de Nilo Peçanha, como Presidente do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de afirmar a orientação protodesenvolvimentista de sua gestão.

1. Revisão dos estudos acerca da Primeira República

Por muitos anos a tradicional historiografia concebeu pejorativamente a Primeira República brasileira e os acontecimentos da época em triviais acordos oligárquicos e incidentes de pouca relevância. Esse entendimento resultou na adoção da terminologia “República Velha”, expressão formulada por ideólogos estado-novistas⁴. Estes, ao buscarem a consolidação de seu respectivo regime, opunham-se ao precedente atribuiu-lhe estigmas, em especial, a noção de “lacuna” ou “interregno”. Dentro dessa ideia, postula-se:

³ Presidente de Estado foi o termo conferido, durante as décadas iniciais da República, ao chefe do Poder Executivo estadual mediante a implementação do sistema federativo (Figueiredo, 2011). Na atualidade, Governador de Estado é a expressão relativa ao referido cargo.

⁴ Segundo Abreu (2010), ideólogos do Estado Novo (1937), como Azevedo Amaral e Francisco Campos, atribuíam duras críticas à Primeira República por considerarem um modelo liberal importado de outros países, não condizente com a realidade e os anseios nacionais.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

[...] República “Velha”, uma autêntica “fórmula mental”, que certamente exige questionamentos, a começar pela indicação de que, não casualmente, foi imaginada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920/30. Desde então, ela foi propagada, com ênfase durante os anos do Estado “Novo”, outra fórmula de periodizar a história política brasileira, diretamente ligada, por contraste, às décadas que o precederam (Gomes e Abreu, 2009, p. 1-2).

Dentro de uma crítica, que retoma a Primeira República sob outro ângulo, Hollanda (2008, p. 25) observa que “[...] a narrativa usual a respeito da Primeira República brasileira funda-se na ideia de ausência. Trata-se de um tempo que ocupa o lugar do equívoco na memória do país”. De modo diverso, a revisão do período republicano remete às últimas décadas do século XX, com a profusão dos estudos oportunizados pela ampliação do campo histórico no âmbito da “Nova” História (Barros, 2004). Sendo assim, pôde-se compreender seus relevantes acontecimentos no campo político, econômico, cultural e social.

Os novos estudos acerca dos anos iniciais do paradigma republicano, deram espaço ao surgimento de outros entendimentos relativos a conceitos-chave ligados à época, como a tradicional ideia de política do “café com leite” – termo que consagra a hegemonia das elites de São Paulo e Minas Gerais à frente do poder político nacional. Viscardi (2012) propõe um estudo basilar sobre a atuação dessas oligarquias para romper com a interpretação habitual, a fim de identificar o jogo político e suas estruturas mais complexas. Para a autora, as oligarquias que durante muito tempo foram tratadas de forma marginal, ou secundária, exerceram papel significativo na organização desse “teatro”.

Ainda segundo Viscardi (2012), as campanhas eleitorais constituíam-se na chance de alternância do cargo executivo e, com isso, ocorriam diversas frentes que pretendiam a posse do poder por esse ou aquele agente. Sendo assim, o pleito estabelecia-se como um meio de advertência, em que era necessário a articulação das oligarquias em diversos estados.

Com relação ao modelo de República adotado pelo Brasil, Carvalho (2005) indica a preocupação dos “fundadores”, deste paradigma de Governo, em construir uma Nação. Além disso, o autor aponta uma disputa pelo estabelecimento de um ideário, que

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

levará o modelo republicano brasileiro ser inspirado no protótipo norte-americano – que propunha uma maior autonomia do poder local pelo Federalismo⁵.

Em relação a esses aspectos, o referido pesquisador considera que:

Importar modelos, ou inspirar-se em exemplos externos, não era, assim, exclusividade dos republicanos brasileiros. Os próprios *founding fathers* americanos buscaram inspiração em idéias e instituições da Antigüidade, da Renascença, da Inglaterra e França contemporâneas. A Revolução Francesa, por sua vez, tivera nos clássicos e no exemplo americano pontos de referência. O fenômeno de buscar modelos externos é universal. Isto não significa, no entanto, que ele não possa ser útil como adotá-las, que adaptações fazer, tudo isto pode ser revelador das forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora (Carvalho, 2005, p. 90).

Sob o prisma da historiografia econômica, por muito tempo, identificou-se a Primeira República como um período de fatalidade financeira e enfatizou-se a irrelevância desse quartel, como se pode ver no fragmento em destaque:

A historiografia da economia da República Velha pode facilmente dar a impressão de que o período compreende uma adaptação incompleta, uma etapa de ensaios, e mesmo de frustrações, comprimida entre a teia de restrições ao desenvolvimento econômico que caracterizou o Império e o verdadeiro enredo redentor da industrialização por substituição de importações que se estabelece depois da crise de 1929. Tudo se passa como se o Brasil não tivesse aproveitado, senão muito modestamente, a oportunidade proporcionada por uma economia internacional em vigoroso crescimento no período mais pujante de uma ordem internacional liberal e marcada pela vigência do padrão-ouro [...] (Franco e Aranha, 2011, p. 2).

Desse modo, a década de 1930 foi encarada como o início de uma trajetória do Brasil rumo ao progresso econômico, como se não houvesse um tempo antecessor. Triner (1999) expressa que os historiadores brasileiros demoraram a estudar a economia doméstica do país na Primeira República, pois ficaram fixados na teoria da dependência da atuação dos mercados internacionais. Entretanto, nas últimas décadas, viu-se a profusão de farta produção científica sobre o período, a qual permite edificar um inédito pensamento acerca da Economia.

No que se refere à revisão de estudos no âmbito da Economia e da política – ponto precípuo para este estudo –, a tese de doutoramento de Alves (2016) contribui para uma

⁵ A Constituição de 1891 foi a primeira Carta Magna instituída no período republicano brasileiro. Por meio dela, o Estado implementa o Federalismo como mecanismo de Governo, o que trouxe uma considerável “independência” dos Estados para com a União (Brasil, 1891).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

nova percepção à respeito da Primeira República. A pesquisadora busca analisar a relação do Estado com os diversos grupos de pressão, que se articulam no propósito da representação de interesses dos setores cafeeiros e industriais. Essa visão permite compreender que o Estado não fora utilizado por um setor econômico exclusivo e aponta para perspectivas mais amplas no cenário financeiro e político do referido contexto.

O destaque dado às pesquisas de cunho revisionistas ligadas à Primeira República permite alcançar a singularidade e relevância contidas nesse lapso da história republicana brasileira. No que se refere à Economia, a ideia de “gênese” desenvolvimentista enfatiza a necessidade de estudos relacionados à temática, para uma melhor elucidação e percepção dos atores que se inseriram nessa orientação. Sendo assim, na próxima seção discute-se a concepção histórica do conceito de protodesenvolvimentismo e seus aspectos norteadores.

2. Protodesenvolvimentismo: análise do conceito

Com base na literatura histórica e econômica, é possível identificar um consenso acerca do desenvolvimentismo no Brasil, cujo marco consiste nas políticas desempenhadas por Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961)⁶. Por outro lado, recentes estudos apontam para a ocorrência de aspirações desse movimento durante a Primeira República, denominado, desta forma, de protodesenvolvimentismo.

De acordo com Fonseca (2004a), o desenvolvimentismo, por inúmeras vezes, é confundido com medidas econômicas governamentais direcionadas ao crescimento, à ampliação de bancos e empresas sob a égide do Governo e à luz do nacionalismo. Para a identificação mais efetiva das políticas protodesenvolvimentistas no campo teórico, o autor classifica a existência do chamado “núcleo duro”, que constitui-se na defesa da industrialização, de medidas intervencionistas pró-crescimento e do nacionalismo – sendo o último elemento, um projeto nacional que pode ou não apresentar ligação com o capital estrangeiro.

Para Salomão (2017), é possível identificar uma imposição prática ligada a esse princípio. O autor estabelece que “[...] o desenvolvimentismo deve ser caracterizado [...] como um projeto cuja concretização exigia um esforço consciente e deliberado”

⁶ É possível identificar diversos trabalhos sobre o tema de autoria do pesquisador Bresser Pereira, dos quais podemos citar: “Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina” (2010) e “Modelos de estado desenvolvimentista” (2016).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

(Salomão, 2017, p. 429). Assim, para vigência desse paradigma, seria necessário uma ação consciente do agente, que justifique suas dinâmicas como forma de se alcançar um pleno desenvolvimento econômico. Essa ideia também foi abordada por Fonseca (2004a), que compreende a existência de casos em que não se manifestaram os três princípios do “núcleo duro” de maneira unificada, como se pode ver no fragmento a seguir.

O desenvolvimentismo, tal como tomou vulto no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos, ia além de um simples ideário, mas emergiu como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes. Estabelece-se, portanto, a hipótese de que sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo. Este não pode ser reduzido, como fenômeno histórico, a simples medidas de expansão da demanda agregada a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria. Além da união dos três elementos, o salto maior ocorre quando o conjunto de idéias, como toda boa ideologia, passa a justificar a si mesmo, ou seja, quando há a defesa explícita de que a principal tarefa do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que esta é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser (Fonseca, 2004a, p. 227).

Em Fonseca e Salomão (2017), percebe-se que o pensamento desenvolvimentista teria suas raízes atreladas às instabilidades política e econômica do final do século XIX e início XX, em que se pôde ver eventos como o fim do regime monárquico, a instauração da República e a crise das bolsas de valores de Nova Iorque. Dessa forma, coube aos agentes políticos da época iniciarem uma operação com a finalidade de solucionar os problemas vividos no país. Sendo assim, o desenvolvimentismo seria um “[...] processo de construção política e intelectual, fruto da realidade brasileira e da consciência gradual de determinados atores de sua elite em relação à situação de atraso em que vivia o país” (Fonseca e Salomão, 2017, p. 5).

Deve-se ter em mente que a defesa do desenvolvimento industrial, posto em evidência pelos protodesenvolvimentistas, não anula a prática agrícola existente no país. Em diversos casos, é possível identificar o entendimento de diversificação econômica, na qual se busca a congruência entre o tradicional setor agrícola e o industrial⁷.

Em Topik (1987), pode-se encontrar fundamentos que corroboram a ideia de intervenção governamental na economia antes do marco de 1930, a qual manifesta-se nos

⁷ Dentre as principais obras, podemos citar: “O desenvolvimentismo em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro” (Salomão, 2013); “Heterodoxia e Industrialização em contexto agrárioexportador: o pensamento econômico de Rui Barbosa” (Salomão; Fonseca, 2013); “Amaro Cavalcanti e os caminhos da industrialização brasileira” (Silva; Fernandes, 2003).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

níveis federal e estadual. Essas ações poderiam apresentar-se nas políticas fiscais adotadas pelos presidentes estaduais, que buscavam o equilíbrio das finanças, sendo muitas dessas mais abrangentes do que as medidas adotadas por Vargas. O argumento exposto pelo referido autor, contempla a iniciativa estatal para o fomento da industrialização ainda na Primeira República, à medida que o Estado direciona, conscientemente, a substituição da importação por meio da elevação das taxas.

Por esse ponto de vista, a ideia de protodesenvolvimentismo não se concentra apenas em figuras relacionadas ao âmbito nacional, pois é possível identificar diversos registros de políticas voltadas para o crescimento econômico em diferentes estados, durante as décadas finais do século XIX e início do XX.

Nessa perspectiva, Paula (2004) analisa as ações de João Pinheiro⁸, no contexto de sua gestão como Presidente do Estado de Minas Gerais no ano de 1890 e no período de 1906-1908. Como resultado, o pesquisador atesta que as políticas impetradas por João Pinheiro, no âmbito de sua administração, constituíram-se em um projeto de modernização capitalista visando o desenvolvimento econômico do estado baseado no protecionismo, em um contexto de instabilidade financeira causada pela crise do café.

Como mais uma referência, é importante considerar que no período em que esteve como Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1928 e 1930, Getúlio Vargas desempenhou ações inéditas no âmbito da administração desta região, as quais, caracterizam-se pela defesa do intervencionismo para a progressão da indústria. Nesse contexto, Vargas efetua, de forma consciente, uma intensa política econômica voltada para o crescimento do Rio Grande do Sul, pautada no “[...] equilíbrio orçamentário e a concessão de crédito e empréstimos, detectando-se um rompimento com certa ortodoxia da fase inicial” (Fonseca, 2004b, p. 1). Tal análise permite conceber o desempenho de ações que mais tarde serão defendidas na esfera federal, por esse mesmo agente histórico. Por esses fatos, Fonseca (2004b) associa Getúlio Vargas às origens do pensamento desenvolvimentista, face sua atuação no executivo gaúcho, ainda na Primeira República.

Os recentes estudos que afirmam a ocorrência do protodesenvolvimentismo na Primeira República, bem como a incidência desse pensamento nas instâncias estaduais,

⁸ João Pinheiro caracteriza-se como um expressivo vulto da República na passagem do século XIX para o XX. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, grande seara deste paradigma político, integrou movimentos abolicionista e propagandista do pensamento republicano. Pinheiro atuou na fundação do Partido Republicano Mineiro (PRM) no ano de 1888. Em sua trajetória política ocupou cargos como: Presidente do Estado de Minas Gerais (1890; 1906-1908); Senador por Minas Gerais (1905-1906); Constituinte (1891); e Deputado Federal por Minas Gerais (1891) (Lana, 2010).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

permitem a reflexão acerca de novos agentes que podem ser integrantes do grupo responsável por encabeçar essa filosofia político-econômica. Sendo assim, na próxima seção, far-se-á análise de Nilo Peçanha durante seu mandato como Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1903-1906; 1914-1917), com o propósito de aferir uma possível ideia desenvolvimentista nesta liderança republicana.

3. Nilo Peçanha e a economia fluminense: intervencionismo e industrialização

Segundo Ferreira (2010), Nilo Peçanha era natural de Campos dos Goytacazes – localizada na região noroeste do Rio de Janeiro – e iniciou sua trajetória política ao ingressar no movimento abolicionista e republicano. Para Sousa (2014), Nilo foi fundamental para a propaganda republicana no entorno de Campos, pois atuou junto às cidades vizinhas na divulgação desse ideário. Sendo assim, considera-se que uma de suas primeiras orientações, em favor desse ideário, seria sua articulação na formação do Partido Republicano no norte fluminense em 1888.

Com o advento da Proclamação da República, Nilo Peçanha foi eleito para Assembleia Constitucionalista de 1891, pelo estado do Rio de Janeiro. Nesse momento, ganhou os primeiros destaques no âmbito nacional, ao se colocar na oposição do Presidente Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), que decide fechar o Congresso Nacional ainda em 1891. O político fluminense atuou também como base de sustentação do Presidente Floriano Peixoto (1891-1894), em fase da Revolta da Armada em 1893. Apresentou-se como intenso opositor do Presidente Prudente de Moraes (1894-1898) e chegou a ser considerado suspeito de confabular contra sua vida, o que o obrigou a se exilar em Campos até adquirir anistia (Ferreira, 2010).

A trajetória política que possibilita a chegada de Nilo à Presidência do Estado do Rio de Janeiro inicia-se com a cisão interna dos republicanos no nível estadual, motivados por divergências de cunho local, econômico e ideológico. Como resultado de uma dessas dissensões, Nilo, com o apoio do Barão de Miracema⁹, inicia a consolidação da sua ampla base política. O excerto a seguir elucida essa questão.

Aproveitando-se da fragmentação das forças políticas do estado e de suas boas relações com o presidente da República Campos Sales, que

⁹ Lourenço Maria de Almeida Batista, o Barão de Miracema, foi uma expressiva personalidade com amplo prestígio político na região norte fluminense, entre as décadas finais do século XIX e início do XX. Atuou como Vereador de Campos dos Goytacazes, Deputado Federal e Senador pelo Estado Rio de Janeiro (Vasconcelos, 2010).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

então implantava no país a chamada “política dos governadores”, Nilo Peçanha iria reunir condições para iniciar uma escalada em direção ao poder, num processo que se desenvolveu em diversas etapas e deu origem à formação de um novo e poderoso grupo na política fluminense (Ferreira, 1994, p. 21).

Nilo Peçanha esteve na presidência do Estado do Rio de Janeiro durante duas ocasiões distintas: a primeira, durante o período de 1903-1906 e a última entre 1914-1917. Em ambas as gestões, a conjuntura econômica do estado encontrava-se instável, devido à crise presenciada pelo setor cafeeiro, como, também, pelo um longo déficit nas contas públicas. Como elementos em destaque na gestão de Nilo, encontram-se a recuperação financeira e a reestruturação econômica da região fluminense.

3.1. O primeiro governo Nilo Peçanha (1903-1906)

No início de seu primeiro mandato, Nilo Peçanha propõe uma reforma da Constituição Estadual, o que representa as primeiras ações da execução de um projeto que visa a recuperação do Estado. Em sua primeira mensagem direcionada à Assembleia Legislativa, e já se tendo sucedido à reformulação constitucional, Nilo Peçanha reafirma a importância de tal medida como mecanismo para sua gestão. É nesse sentido que expressa o Presidente de Estado:

Congratulo-me com o Estado do Rio de Janeiro pela instalação da Assembléa dos seus representantes e pela justa renovação do mandato dos que empenharam sua responsabilidade, o seu patriotismo e sua sabedoria na elaboração da reforma da Constituição, sem a qual não seria possível a missão econômica e financeira do actual período presidencial. A revisão, vós o sabeis, foi a plataforma da minha candidatura ao Governo. Nessa obra nada houve de pessoal; só o interesse publico inspirou os municipios e a Constituinte¹⁰ (Peçanha, 1904, p. 5).

A Constituição seria a responsável por viabilizar uma reforma administrativa, cujo principal objetivo concentrava-se na redução de despesas a partir dos seguintes pontos: demissão de grande parte do funcionalismo; revogação de contratos; diminuição dos salários do Presidente do Estado, Vice-Presidente, magistrados e demais funcionários; e diminuição do orçamento em vigor. Outra medida condicionada pelo Presidente foi a busca de ganhos para receita a fim de eliminar o déficit existente no orçamento.

¹⁰ Optou-se por reproduzir os textos de época da forma como se encontram nas fontes documentais referidas.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Desse modo, o governo adotou medidas como: execução da cobrança de dívidas; e transferência de grande parte da arrecadação de impostos da indústria e profissões dos municípios para o Estado. Como resultado, essa política de reorganização das contas possibilitou o início da recuperação do estado fluminense, colocou fim no saldo negativo que se perpetuava por onze anos, gerou um considerável aumento da receita e expandiu o fluxo de exportação de artigos (Peçanha, 1905).

Nesse momento, a economia do Rio encontrava-se extremamente dependente do café, produto que por longos anos já não correspondia às expectativas necessárias devido à crise. Sendo assim, a diversificação parece como uma exequível saída à vista deste cenário instável. Segundo Ferreira (1994), a ideia de diversificação foi defendida por Alberto Torres¹¹ e Nilo Peçanha, os quais direcionaram estímulos para que novos gêneros agrícolas pudessem surgir e implementar a economia cafeeira, como se vê a seguir.

O processo de diversificação econômica efetivada no estado do Rio circunscreveu-se aos limites da agricultura, concretizando-se através da adoção da policultura. O sucesso da diversificação da agricultura tinha a seu favor a possibilidade de reaproveitamento dos fatores da produção subutilizados e de minimização de custos, numa economia agrária em grande parte especializada e por isso sobrecarregada pela importação de gêneros alimentícios. Partindo dessas bases, a diversificação desenvolvia-se de forma complementar à cafeicultura [...] (Ferreira, 1994, p. 44).

A ideia de diversificação econômica contida em Nilo Peçanha vai além das políticas de pluralização do gênero agrícola propostas e apresenta-se na defesa da industrialização do Rio de Janeiro. De acordo com Luz (1978), Nilo interagiu com grupos e personalidades políticas defensoras de medidas protecionistas voltadas à produção nacional e que pudesse promover a viabilização da indústria. A autora identifica a participação de Nilo Peçanha no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial ocorrido em Belo Horizonte no ano de 1903, que contou com a adesão de industriais, agroexportadores e personalidades como João Pinheiro – então Presidente do Estado de Minas Gerais. Nesse congresso, buscou-se discutir os interesses de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, no que se refere à necessidade da proteção da produção por meio das tarifas alfandegárias.

¹¹ Nascido no Rio de Janeiro, Alberto Torres foi uma importante personalidade política e intelectual. Na vida pública, exerceu cargos de âmbito regional e nacional como: Deputado Estadual (1892-1893), Deputado Federal (1893-1896), Ministro da Justiça (1896-1897), Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1897-1900) e Ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1909). Grande defensor do setor agrícola, Alberto Torres afirmava que essa era a vocação natural do Brasil – opondo-se a qualquer pretensão industrial (Lemos, 2010).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Com o objetivo de impulsionar a produção fluminense e, da mesma maneira, protegê-la da concorrência externa, o governo adotou uma política protecionista baseada em três princípios: “[...] redução dos fretes de transporte, tributação da importação de produtos similares da produção do Estado, diminuição progressiva até extinção completa dos impostos sobre a produção” (Peçanha, 1904, p. 13).

Essas ações permitiram o fortalecimento dos artigos regionais, que outrora eram prejudicados com as grandes importações de mercadorias análogas e passaram a ter certos privilégios conforme o aumento dos impostos aduaneiros de importação. Também, ocorreu o crescimento do número de exportação de diversos gêneros agrícolas e industriais, como nos evidencia a Mensagem Presidencial de 1906:

A situação económica do Estado [...] é de renascimento franco: a não ser o café, cuja produção continúa infelizmente a cair e com ella os preços, todos os demais generos de exportação, defendidos pela redução das tarifas das Estradas de Ferro, pela diminuição dos impostos e pela tributação da produção estrangeira similar da produção do Estado, alcançaram o anno passado cifras superiores ás do anterior, que já eram de ordem a despertar a mais segura confiança no futuro (Peçanha, 1906, p. 7).

Para Nilo Peçanha, o protecionismo constituía-se como um mecanismo de suma importância para a progressão da economia, pois, por essa orientação, seria possível o fortalecimento da produção de diversos produtos agrícolas e industriais. No entanto, a proteção a essas riquezas deveria ser aplicadas de maneira estratégica e veemente, para que realmente pudesse promover o crescimento necessário. Assim, a diversificação da economia necessitava da ação protecionista, que a conduziria ao seu desenvolvimento e à geração de empregos. Desse modo, entendia-se que:

[...] quando se tiver de proteger alguns generos que podem e devem ser produzidos aqui, quando se tiver de crear a riqueza agricola, origem principal de todas as outras, quando se houver de levantar as industrias, a começar por aquellas que estão filiadas aos recursos naturaes do solo ou que já se desenvolveram a sombra das garantias officiaes, quando se houver de pedir á propriedade territorial a materia prima das fabricas [...] essa protecção seja firme, eficaz e decisiva. Não ha meio termo. A protecção frouxa [...] de uma politica timorata é antes um mal que um bem; encarece á vida sem favorecer as culturas, não attrahe os grandes capitaes, só permite o estabelecimento de industrias grosseiras, e vacillantes, não traz ao consumidor a compensação de uma concorrência interna fecunda. E’ pela politica proteccionista, intelligente executada, que haveremos de chegar á riqueza [...] O primeiro beneficiado do proteccionismo é o proletariado agricola e

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

industrial, sobre cujo trabalho repousa o destino dos povos (Peçanha, 1904, p. 16-17).

Pela ideia de proteção à produção do Rio de Janeiro, com o objetivo de fortalecê-la e desenvolvê-la, Nilo destaca-se como uma importante personalidade nacionalista na Primeira República (Luz, 1978). Tal pensamento pode ser corroborado ao identificar-se, em sua fala, elementos que associam produção ao orgulho de um povo ou, até mesmo, a necessidade do fomento das riquezas como forma de “autoproteção” em relação a “forças” externas.

Não merece viver um povo que não produz, nem para o seu sustento; é um fraco, o eterno juguete da incapacidade na mão dos fortes, o alvo constante das ambições imperialistas, o colosso aviltado que disputa a piedade humilhante dos poderosos, quando lhe falta apenas a coragem para pôr em acção a sua musculatura soberba (Peçanha, 1904, p. 16).

Segundo Carvalho (2019), a formação de uma mão de obra que pudesse dar sustentação ao projeto de desenvolvimento econômico fluminense apresenta-se como grande preocupação do governo. Para Nilo Peçanha, “No Rio de Janeiro a criação de escolas profissionaes e agricolas corresponderia hoje a uma alta necessidade publica” (Peçanha, 1904, p. 10). A preparação de uma massa trabalhadora que correspondesse ao processo de diversificação econômica e aumento da complexidade do trabalho, principalmente com crescimento da indústria, fez-se um dos pilares da gestão de Nilo. Para Peçanha (1904, p. 10) “[...] é tempo do legislador fluminense voltar a sua atenção para as escolas profissionaes e agrícolas, em que fizemos não um povo de letrados e de burocratas, mas uma sociedade de trabalhadores”. Sendo assim, era fundamental colocar em prática uma série de políticas que visassem a “modernização” do ensino, tornando-o mais prático e menos teórico, e promover a expansão de escolas profissionais e agrícolas.

Segundo Viscardi (2010), Nilo Peçanha ganhou projeção nacional em decorrência dos resultados positivos de sua gestão, a qual possibilitou a recuperação financeira e o desenvolvimento econômico da região fluminense. Com o pacto-oligárquico entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, Nilo Peçanha foi convidado para assumir o cargo de vice na chapa de Afonso Pena para Presidência da República, em 1906. A coligação formada por Pena-Peçanha saiu vitoriosa no pleito e governaria o país entre os anos de 1906-1910.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Entretanto, com a morte do Presidente em 14 de junho de 1909, Nilo assume o cargo para conclusão do mandato. Anos depois, Nilo retornará ao Poder Executivo do Rio de Janeiro.

3.2. O segundo governo Nilo Peçanha (1914-1917)

É importante observar que Nilo assumiu seu segundo mandato perante uma grave crise econômica, marcada por uma grande dívida da administração pública, atraso dos salários de servidores e retardamento do pagamento das apólices de juros relativo aos sucessíveis empréstimos realizado por governos anteriores.

Com o objetivo de recompor as finanças públicas, Nilo Peçanha adotou uma série de medidas semelhantes ao primeiro mandato, como: redução das despesas; elevação dos impostos sobre as propriedades improdutivas ou que apenas dedicasse a pecuária¹²; elevação do imposto sobre os salários do Presidente estadual, secretários e demais funcionários públicos; e, como inovação dessa administração estadual, o governo passou a exigir responsabilidade financeira nas gerências dos municípios (Peçanha, 1905).

Acerca da lógica de diversificação econômica em Nilo, compreende-se que ele pregou uma união harmônica dos setores ligados à indústria e agricultura, e não a sobreposição de um perante o outro. É possível ter uma clara noção sobre esse fato ao considerar-se sua crítica aos governos precedentes, que descuidavam dos campos e lavouras e preocupavam-se apenas com as cidades.

Para Nilo Peçanha, a riqueza pública fluminense provinha dos campos, com isso, caberia ao governo desenvolvê-la por meio da promoção da educação aos seus moradores e, assim, abrir caminhos e beneficia-los com transportes, como se pode depreender do fragmento a seguir.

A crise que ahi está afflingindo toda a Republica – crise commercial, crise financeira, crise monetaria, crise politica, crise de transportes, crise do salario, crise do ensino, crise da moralidade até – não é senão uma expressão da crise da agricultura. Emquanto a lavoura dava dinheiro, sobretudo o café, que monopolizava toda a nossa atividade agricola, esgotando embora as opulencias do deserto primitivo, - a situação dos bancos, do thezouro, do commercio, das profissões liberaes, não reclamava providencias de nenhuma ordem e o aspecto do paiz era de franca prosperidade. Toda vez que o Brasil, no curso de sua evolução, tem renunciando essa politica, fomentando através das Alfandegas, a criação de industrias artificiaes, encarecendo a vida do povo e attrahindo para as cidades massas de homens que trabalhavam a

¹² Essa ação tinha como desígnio forçar a utilização da terra para a produção agrícola, o que resultaria no aumento da produtividade estadual (Peçanha, 1915).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

terra, a agricultura, sacudida nos seus fundamentos, ameaça a estabilidade do paiz inteiro (Peçanha, 1915, p. 8-9).

Por meio da ênfase no crescimento da produção estadual, Nilo Peçanha estabeleceu uma política de intervencionismo pró-crescimento por meio do protecionismo, que concede benefícios para o desenvolvimento de diversas culturas agrícolas, bem como o crescimento da indústria ligada ao setor primário. Sendo assim, vê-se nas iniciativas do Presidente de Estado, a defesa da diminuição do imposto de exportação da produção agrícola e industrial, redução do imposto sobre o transporte, prêmios para estimular a produção das lavouras, e concessão de auxílios para o benefício dos setores industriais e agrícolas (Peçanha, 1915).

Outras políticas que ganharam destaque pelo governo foram o desenvolvimento de diversas obras públicas, que envolve pavimentação urbana, abastecimento de água e saneamento básico visando a melhoria das cidades e seus moradores. A política educacional direcionada ao preparo da mão de obra que pudesse atender ao modelo econômico que se buscava instituir apresenta-se na construção de novas escolas técnicas (Peçanha, 1916).

De acordo com Ferreira (2016), em maio de 1917, Nilo Peçanha deixou o cargo de Presidente do Estado do Rio de Janeiro e assumiu o Ministério de Relações Exteriores. Suas políticas de recuperação financeira e reestruturação econômica permitiram a eliminação do déficit relativos às contas públicas. Na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa fluminense em 1915, Nilo aborda o nacionalismo contido em sua política fiscal e econômica e, da mesma forma, parte do nexo “ser fluminense” para convocação das forças regionais – em meio à instabilidade política do primeiro ano de governo –, para a recuperação do estado:

O dever de honra de todos os fluminenses, hoje, acima do espirito de partido e das questões doutrinarias e pessoas que nos têm separado, é salvar o credito do Estado, quiçá a sua existencia constitucional. Esta obra não será do Presidente actual porque ella é evidentemente superior ás suas forças. Nem os homens politicos que cheguem ao poder nos seus Estados ou no paiz, e que levam para o Governo o concurso do seu conselho e de sua experiencia podem se presumir com capacidade para individualmente transformar, de subito, situações como esta. Só por um alto esforço coletivo e com a continuidade de alguns periodos de administração poderemos resolver a crise do nosso Estado, demasiado profunda, dada a extensão dos nossos compromissos e a debilidade da nossa resistencia economica, ainda (Peçanha, 1915, p. 65-66).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Diante do exposto, observa-se que as políticas de cunho econômico e financeiro geridas por Nilo Peçanha na execução de seus dois mandatos no executivo estadual, permitiram a consagração desse personagem pela reestruturação do estado do Rio de Janeiro. Além disso, vale inserir Nilo Peçanha junto à ideia de “protodesenvolvimentismo” na Primeira República. Isto porque, constata-se nas gestões analisadas, a existência consciente do “núcleo duro” protodesenvolvimentista, formado pelo intervencionismo pró-crescimento, pela industrialização e pelo nacionalismo.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar as políticas de ênfase econômica propugnadas por Nilo Peçanha no transcorrer de sua gestão como Presidente do Estado do Rio de Janeiro, no intuito de relacionar as ações do político às ideias e dinâmicas do protodesenvolvimentismo.

Como resultado, este estudo constatou que, durante as duas gestões de Nilo no executivo estadual (1903-1906; 1914-1917), o Rio de Janeiro presenciava uma grande instabilidade econômica, ocasionada pela queda do preço do café – principal produto de comercialização. Assim, a diversificação econômica, por meio da harmonização entre o setor agrícola e industrial, foi colocada em prática e, desse modo, promoveu um importante crescimento da economia do estado. Como desdobramento, o desenvolvimento da indústria se deu por intermédio do protecionismo expresso em subsídios, redução dos impostos de exportação e transporte – o que ocasionou o crescimento da produção.

Em Nilo Peçanha, o nacionalismo evidencia-se através das medidas protecionistas, que buscavam escudar as riquezas do Estado do Rio de Janeiro por intermédio da elevação das taxas de importação dos gêneros análogos à produção estadual. De modo simultâneo, as ações voltadas para o campo da educação tiveram o propósito de preparar uma mão de obra para a nova demanda, imposta pela política de industrialização.

Em face do exposto, principalmente pela política financeira executada – a qual eliminou o déficit fluminense – conclui-se pela identificação de Nilo Peçanha como um importante agente protodesenvolvimentista da Primeira República. Isto, porque verificou-se a consciente adoção de políticas direcionadas ao desenvolvimento

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

econômico do Estado do Rio de Janeiro, bem como a estrita presença do “núcleo duro” responsável pelo corolário desenvolvimentista.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

BRASIL. *Constituição 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.

PEÇANHA, Nilo. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1904. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=4&m=0&s=0&cv%20=0&r=0&xywh=-533%2C-112%2C3143%2C2217&cv=0>>. Acesso em: 1 set. 2019.

_____. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1905. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=4&m=0&s=0&cv%20=0&r=0&xywh=-533%2C-112%2C3143%2C2217&cv=0>>. Acesso em: 1 set. 2019.

_____. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1906. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=4&m=0&s=0&cv%20=0&r=0&xywh=-533%2C-112%2C3143%2C2217&cv=0>>. Acesso em: 1 set. 2019.

_____. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1915. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=4&m=0&s=0&cv%20=0&r=0&xywh=-533%2C-112%2C3143%2C2217&cv=0>>. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1916. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=4&m=0&s=0&cv%20=0&r=0&xywh=-533%2C-112%2C3143%2C2217&cv=0>>. Acesso em: 2 set. 2019.

Bibliografia:

ABREU, Luciano Aronne. Autoritarismo e desenvolvimento no Brasil. *Historiae*. Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 117-130, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2348/1254>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

ALVES, Taís de Cássia Badaró. “*Grupos de Pressão*” na Primeira República: representação de interesses entre os anos de 1889-1930. Campos dos Goytacazes: UENF, 2016 (Tese de Doutorado em Sociologia Política da UENF. Disponível em: <<http://uenf.br/posgraduacao/sociologiapolitica/wpcontent/uploads/sites/9/2013/03/TESE-TAIS-UENF.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2019.

BARROS, José D’Assunção. *Campos da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina*. São Paulo: FGV-EESP, 2010 (Texto para discussão nº 274). Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/7726>>. Acesso em: 23 out. 2019.

_____. *Modelos de estado desenvolvimentista*. São Paulo: FGV-EESP, 2016 (Texto para discussão nº 412). Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15572>>. Acesso em: 25 out. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2005.

CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. Nilo Peçanha e a criação das escolas de aprendizes artífices no contexto da Primeira República (EAAs): 1910-1914.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de; MARCONDES, Renato Leite e MESSIAS, Talita Alves de (orgs). In: *Anais do 7ª Conferência Internacional de História de Empresas e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica*. Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2019.

FERREIRA, Avelino. *Nilo Peçanha: o homem, o político*. Campos dos Goytacazes: Câmara Municipal de Vereadores, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

_____. *Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PE%C3%87ANHA,%20Nilo.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. *Revista ibero-americana de Filosofía, Política y Humanidades*. Madri, n. 26, p. 119-145, 2011. Disponível em: <<https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1378>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do Desenvolvimento no Brasil. *Pesquisa & Debate*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004a.

_____. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC*. João Pessoa, 2004b. Disponível em: <<https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2004>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

_____; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-20, mai./ago., 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/22046/12248>>. Acesso em: 28 out. 2019.

FRANCO, Gustavo de Barroso; LAGO, Luiz Aranha Correa do. *A Economia da República Velha, 1889-1930*. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2011. (Texto para discussão n. 588).

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. *A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia*. *Tempo*. v. 13, n. 26, p. 1-14, 2009.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

HOLLANDA, Cristina Buarque de. B. A questão da Representação Política na Primeira República. *Caderno CRH*. Salvador, v. 21, n. 52, p.25-35, jan./abr. 2008.

LANA, Vanessa. *João Pinheiro*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PINHEIRO,%20Jo%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

LEMOS, Renato. *Alberto Torres*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TORRES,%20Alberto.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2019.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

PAULA, João Antônio de. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. *Pesquisa & Debate*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 257-282, 2004.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. *O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2013 (Tese de Doutorado em Economia da UFRGS). Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/87331>>. Acesso em: 03 set. 2019.

_____. A concepção de um país: o pensamento nacionalista de Serzedello Correa. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 26, n. 1 (59), p. 243-263, abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8649654/16149>>. Acesso em: 15 set. 2019.

_____.; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Heterodoxia e Industrialização em contexto agrárioexportador: o pensamento econômico de Rui Barbosa*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. (Texto para discussão, n. 7).

SILVA, Ligia Osório; FERNANDES, Suzana Cristina. Amaro Cavalcanti e os caminhos da industrialização brasileira. *História econômica & História de empresas*. São Paulo v.6, n. 1, p. 35-63, 2003. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/164>>. Acesso em: 02 out. 2019.

SOUSA, Horacio. *Cyclo Aureo: Historia do 1º centenario de Campos (1835-193)*. 20ª ed. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2014 (Memórias Fluminenses, v. 1).

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TRINER, Gail D. The delayed development of early brazilian financial historiography, 1889-1930. *Journal of Iberian and Latin American Economic History*. v. 17, p. 53-75, march. 1999. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/revista-de-historia-economica-journal-of-iberian-and-latin-american-economic-history/article/delayed-development-of-early-brazilian-financial-historiography-18891930/DC21BD887A5275434B6F4E236076478F>>. Acesso em: 15 set. 2019.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *Batista Almeida*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BATISTA,%20Almeida.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Afonso Pena*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2010.
Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PENA,%20Afonso.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. *Teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: editora Fino Traço, 2012.